

AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS DOCENTES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ingrid Stefane Silva dos Santos¹
Jaqueline Célia da Hora dos Santos²
Marcelane Maria do Nascimento³
Eron José da Silva⁴

RESUMO: Este artigo analisa as contribuições da formação continuada para a prática docente na educação inclusiva, com foco na utilização de recursos didáticos e no trabalho colaborativo entre professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professora da sala comum. O objetivo foi investigar de que maneira a formação continuada contribui para a superação dos desafios enfrentados pelos docentes na educação inclusiva. Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada em uma escola municipal de Ipojuca-PE, por meio de entrevistas semiestruturadas com duas docentes: uma do AEE e outra da sala regular. Este trabalho fundamenta-se em Imbernón (2010), Mantoan (2015) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Os resultados indicam que a ausência de capacitação docente gera dificuldades na prática pedagógica, mantendo metodologias homogeneizadas e o uso do “mesmo jeito de ensinar”. Após formações contextualizadas, as professoras passaram a desenvolver atendimento investigativo baseado na legislação, utilizar materiais adaptáveis, tecnologia assistiva e atividades lúdicas, além de instituir planejamento coletivo entre AEE e sala comum. Conclui-se que a formação continuada, quando centrada na escola, fornece suporte legal e instrumental adequado, ampliando o repertório pedagógico e garantindo segurança para a atuação docente. Assim, rompe com o despreparo e fortalece o trabalho colaborativo, tornando o ensino mais inclusivo.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação inclusiva. Práticas pedagógicas. Atendimento Educacional Especializado. Recursos didáticos.

¹Graduanda em Pedagogia pela Faculdade da Escada em Pernambuco, mediadora de desenvolvimento infantil.

²Graduanda em Pedagogia pela Faculdade da Escada em Pernambuco, acompanhante terapêutica.

³Graduanda em Pedagogia pela Faculdade da Escada em Pernambuco professora da educação infantil.

⁴Orientador: e Professor da Faculdade da Escada em Pernambuco, Professor da Educação Básica, Analista em Pedagogia Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco.

ABSTRACT: This article analyzes the contributions of continuing education to teaching practice in inclusive education, focusing on the use of teaching resources and collaborative work between teachers of Specialized Educational Services (AEE) and teachers in regular classrooms. The objective was to investigate how continuing education contributes to overcoming the challenges faced by teachers in the inclusion of students who are the target audience of special education. This is a qualitative research study, conducted in a municipal school in Ipojuca-PE, through semi-structured interviews with two teachers: one from AEE and one from the regular classroom. This work is based on Imbernón (2010), Mantoan (2015) and the Brazilian Inclusion Law (Brazil, 2015). The results indicate that the lack of training generates difficulties in pedagogical practice, maintaining homogenized methodologies and the use of the "same way of teaching". Following contextualized training, the teachers began to develop investigative teaching methods based on legislation, use adaptable materials, assistive technology, and play-based activities, in addition to establishing collective planning between Specialized Educational Services and the regular classroom. It is concluded that continuing education, when centered on the school, provides adequate legal and instrumental support, expanding the pedagogical repertoire and ensuring security for teaching practice. Thus, it breaks with unpreparedness and strengthens collaborative work, making teaching more inclusive.

Keywords: Continuing education. Inclusive education. Pedagogical practices. Specialized Educational Services. Teaching resources.

INTRODUÇÃO

A capacitação voltada aos profissionais da perspectiva inclusiva é fundamental, pois tem como objetivo capacitar os professores para atender as necessidades de todos os alunos em ambientes diversificados. Esse aperfeiçoamento profissional, visa garantir que esses educadores possuam conhecimentos, habilidades e as atitudes necessárias para promover uma inclusão escolar equitativa. Isso envolve o desenvolvimento de programas voltados ao Plano Educacional Individualizado (PEI), adaptações curriculares, estratégias de ensino diferenciados, uso de tecnologia assistivas, recursos de acessibilidade, metodologias ativas, manejo de comportamento, a importância da colaboração da família e a equipe escolar para promoção de ambientes escolares inclusivos, dentre outros.

Salienta-se que essa qualificação permanente, não refere-se apenas a cursos pontuais e descontextualizados. Nessa perspectiva, Freire (1996, p.39), defende que a formação de professores precisa ser um processo contínuo de diálogo e prática reflexiva, que possibilite ao docente transformar sua prática pedagógica. Diante dessa concepção, essa formação torna-se essencial no campo da educação inclusiva, tendo em vista que o docente se depara com muitos desafios em sala de aula, tais que mais exigem reflexão sobre o fazer.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os sistemas de ensino devem assegurar “professores com especialização adequada em nível médio ou superior” para o

atendimento especializado (Brasil, 1996, art.59, III). (Esse direito é reafirmado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015, art.28, X). No contexto atual, o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, estabelecendo a formação como eixo estruturante da Rede Nacional e deslocando o foco da mera matrícula para a qualificação da permanência (Brasil, 2025, p.12).

No âmbito internacional, destaca-se a Declaração de Salamanca, que estabelece que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (UNESCO,1994, p.3). O documento reforça a necessidade de reorganização dos sistemas educacionais e da formação docente para atender à diversidade, consolidando a educação inclusiva como um princípio fundamental (UNESCO, 1994, p.27).

Entretanto, pesquisas indicam que muitos desses profissionais não tem acesso a formação, esse cenário contraria as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada (Brasil, 2020, p.22), que determinam a qualificação para o atendimento à diversidade, ações específicas, contínuas e eficazes, o que compromete a materialização desse direito. Conforme Libâneo (2008, p.31), a formação para a educação inclusiva exige abordagem que considere a complexidade da sala de aula e prepare o professor para trabalhar com alunos com diferentes necessidades, promovendo equidade no processo de ensino-aprendizagem. Evidências de estágios supervisionados e da escuta de profissionais da rede básica revelam os impactos e o despreparo pela ausência dessas formações e como elas afetam em suas práticas pedagógicas.

Imbernón (2010, p.12), questiona que os cursos ofertados durante as formações continuadas são descontextualizados e distantes da realidade vivenciadas pelos docentes, não contribuindo efetivamente para a prática pedagógica. Nessa perspectiva, o autor defende que uma formação pautada na reflexão crítica e na articulação entre teoria e prática, considerando as experiências e os desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar.

Diante disso, torna-se primordial investigar as contribuições da formação continuada sob a ótica dos docentes que atuam na educação inclusiva, a fim de compreender como essa política se materializa na prática e quais estratégias formativas efetivamente subsidiam o atendimento às especificidades dos estudantes público-alvo da educação especial. Assim, este artigo objetiva investigar como a formação continuada pode contribuir para que professores da educação inclusiva aprimorem suas práticas pedagógicas, desenvolvendo estratégias de ensino

para lidar com as diferentes necessidades dos alunos em sala de aula. Nesse sentido surge a seguinte questão de pesquisa: Quais as contribuições da Formação Continuada para os docentes da Educação Inclusiva? A hipótese central deste estudo supõe-se que, ao adquirir conhecimentos teóricos, práticos, metodologias atualizadas e recursos pedagógicos, o professor aprimora diretamente sua prática em sala de aula, tornando-a mais inclusiva e eficaz no atendimento à diversidade dos alunos.

Diante desta realidade, este estudo tem como objetivo geral: Investigar como a Formação Continuada pode contribuir para que os educadores do processo inclusivo aprimorem suas práticas pedagógicas e desenvolvam estratégias de ensino para lidar com as diferentes necessidades dos alunos em sala de aula. Para evidenciar a pesquisa destaca-se os objetivos específicos: a) Identificar quais os desafios encontrados na prática docente pela falta de formação continuada na Educação Inclusiva; b) Verificar as estratégias de ensino inclusivas utilizadas pelo professor para atender às necessidades individuais dos alunos; c) Analisar se as formações continuadas disponibilizam os recursos adequados para ajudar os professores a lidar com as especificidades dos alunos do público alvo da Educação Inclusiva.

Este trabalho justifica-se a partir de vivências em ambientes escolares e da realização em estágios supervisionados. Observou-se, nas práticas escolares e nos diálogos com profissionais da educação, a ausência de qualificação adequada para atender estudantes com deficiência e transtornos, o que acarreta e compromete a qualidade de ensino.

Segundo Libâneo (2008, p.12), a formação de professores para a educação inclusiva exige uma abordagem que considere a diversidade e a complexidade da sala de aula, e que prepare os professores para trabalhar com os alunos com diferentes necessidades e características, promovendo a inclusão e a equidade no processo de ensino – aprendizagem. Contextualizando a fala do teórico, destaca-se a importância da formação continuada para que os professores possam atender as necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência ou transtornos. Além disso, enfatiza a necessidade de uma abordagem inclusiva na formação dos docentes, que considere a diversidade e a complexidade da sala de aula. Mantoan (2015, p.20), defende que a educação inclusiva implica uma reestruturação do sistema educacional, o que demanda mudanças não apenas no currículo, mas também na formação dos professores. Nesse sentido, a responsabilidade pela inclusão não pode ser atribuída exclusivamente ao docente, mas deve ser compreendida como um compromisso institucional que requer políticas formativas efetivas e contextualizadas. Além disso, Gatti (2013, p.15), destaca-se que a formação continuada

é um investimento essencial na qualidade da educação, que visa melhorar os resultados dos alunos e promover a equidade e a inclusão. No entanto, observa-se que muitas dessas capacitações ofertadas, ainda se apresentam de maneira pontual e desarticulada da realidade escolar, o que reduz sua efetividade e dificulta a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O papel da Educação Inclusiva

A inclusão escolar constitui-se como princípio fundamental garantido o direito de todos à aprendizagem, além de respeitar as singularidades e promovendo participação efetiva no ambiente escolar. Nessa perspectiva, a escola deve acolher as diferenças e oferecer condições para que cada estudante desenvolva suas potencialidades.

Segundo Vygotsky (1997, p.89), a deficiência não determina o sujeito, mas implica a reorganização de suas possibilidades de desenvolvimento, o que reforça a importância de práticas pedagógicas mediadas que considerem a Zona de Desenvolvimento Proximal. No âmbito internacional, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.27) estabelece que escolas regulares com orientação inclusiva são o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias, exigindo “preparação apropriada de todos os educadores. O documento defende que “todas as crianças deveriam aprender juntas, sempre que possível” (UNESCO, 1994, p.6) e que os currículos devem ser adaptados às necessidades dos alunos (UNESCO, 1994, p.22).

5

Contudo, no Brasil, a Constituição Federal assegura atendimento educacional especializado (Brasil, 1988, art. 208, III). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que sistemas de ensino garantam currículo, métodos e recursos específicos (Brasil, 1996, art. 59). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, reforça o direito à educação inclusiva e a igualdade de oportunidades no ambiente escolar (Brasil, 2015, art. 27) e exige adaptações razoáveis e atendimento educacional especializado (Brasil, 2015, art. 28, I). Atualmente, o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025 (Brasil, 2025), institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, definindo a formação docente como eixo estruturante e o Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento para eliminar barreiras.

Mendes (2007, p.03), enfatiza que a educação inclusiva não se limita à inclusão de alunos com deficiência, mas configura processo amplo de transformação da escola e da sociedade para promover equidade. Mantoan (2015), “incluir é não deixar ninguém de fora da escola”, princípio

que exige repensar práticas pedagógicas para que a escola se adapte ao aluno, materializando o direito assegurado (Brasil, 2015).

Os desafios encontrados na prática docente pela falta de Formação Continuada na Educação Inclusiva

A ausência de qualificação permanente voltada à educação inclusiva configura-se como um dos principais entraves para a atuação docente. Em muitos casos, o educador ingressa na prática pedagógica sem o preparo necessário para lidar com a diversidade presente na sala de aula, o que gera incertezas quanto à adaptação de atividades, à organização dos conteúdos e à escolha de estratégias que contemplem todos os estudantes.

De acordo com Sassaki (2010, p.11), a inclusão demanda do professor a capacidade de reconhecer as barreiras que dificultam a participação do aluno no processo educativo. Quando não há formação adequada, essas barreiras tendem a não ser identificadas, comprometendo o desenvolvimento da aprendizagem. Mesmo com avanços nas políticas públicas inclusivas, a realidade escolar ainda impõe desafios que exigem conhecimentos específicos e práticas pedagógicas mais sensíveis às diferenças.

Nessa perspectiva, Prieto (2006, p.40), afirma que a formação docente precisa ir além de ações pontuais, destacando que “não basta informar sobre deficiências; é preciso formar para a compreensão da diferença como valor pedagógico”. A ausência desse aprofundamento contribui para a permanência de práticas homogêneas, que acabam excluindo aqueles que não se enquadram nos padrões tradicionais de ensino. Complementando essa discussão, Carvalho (2014, p.93), defende a superação do modelo médico-clínico, enfatizando a necessidade de uma abordagem pedagógica centrada na eliminação das barreiras à aprendizagem.

Imbernón (2010, p.47), também problematiza os modelos de formação baseados em cursos generalizados e distantes da realidade escolar, ressaltando que o processo formativo deve partir das demandas concretas do cotidiano docente. Essa perspectiva contribui diretamente para o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos mais eficazes, como o Plano Educacional Individualizado (PEI). Já Mantoan (2015, p.68), reforça que o princípio da inclusão — entendido como o compromisso de não excluir nenhum aluno — só se concretiza quando o professor está devidamente preparado para enfrentar tanto as barreiras pedagógicas quanto as atitudinais.

Além disso, o Decreto nº 12.686/2025 (Brasil, 2025), evidencia a formação continuada como eixo estruturante da Política Nacional de Educação Inclusiva, reforçando a

responsabilidade dos sistemas de ensino em garantir a qualificação dos profissionais da educação. Dessa forma, a carência de formação continuada gera insegurança na prática docente, limita a adoção de estratégias diferenciadas e dificulta a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Sem o suporte necessário, o professor enfrenta desafios que poderiam ser minimizados por meio de processos formativos contínuos e alinhados às necessidades reais da escola. Assim, a formação docente se consolida como elemento indispensável para uma atuação competente, crítica e comprometida com a diversidade, sendo condição essencial para que a inclusão se efetive no contexto educacional.

A adequação dos Recursos Didáticos para atender as especificidades dos alunos do público alvo da Educação Inclusiva

Os recursos didáticos inclusivos são ferramentas essenciais para garantir que todos os estudantes consigam aprender por meio de métodos acessíveis e materiais adaptáveis. Mais do que apenas adaptar, é necessário planejar o conteúdo de forma clara significativa e acessível para cada estudante, considerando as barreiras que cada aluno pode enfrentar. Para isso, o educador precisa usar diferentes estratégias e recursos. Isso pode incluir: vídeos, áudios, materiais em braille, tecnologias assistivas, linguagem acessível e atividades adaptadas. Também é importante propor atividades mais dinâmicas e interativas, que incentivem a participação de todos os alunos.

No Brasil, a educação inclusiva ganhou novas diretrizes em 2025. O Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025 (Brasil, 2025, p.22), instituiu a Política Nacional de Educação Especial e estabeleceu o Plano Educacional Individualizado (PEI) como estratégia para organizar o ensino conforme as necessidades de cada aluno. Esse documento pedagógico orienta o planejamento de estratégias, a definição de objetivos e a escolha de recursos para favorecer a aprendizagem.

Para Glat (2018, p.33), o PEI contribui para organizar melhor o trabalho pedagógico, porque permite pensar no aluno de forma individualizada. Nessa mesma direção, Mantoan (2015, p.11), reforça que incluir significa garantir que todos tenham espaço na escola. Compete a instituição adaptar-se ao aluno. Dessa forma, o planejamento deixa de ser padronizado e o PEI, ao definir os recursos pedagógicos necessários, torna-se ferramenta para efetivar o direito à educação acessível.

METODOLOGIA

Para presente pesquisa foram utilizados como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada presencial. Apresentando uma abordagem qualitativa. Segundo Ludke e André (1986, p.11), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigado, via de regra através do trabalho intensivo de campo”.

De acordo com Minayo (2014, p.21), a pesquisa qualitativa explora um conjunto de significados, valores e crenças que os participantes constroem sobre a sua realidade. Dessa maneira, busca-se compreender as contribuições da formação continuada para os docentes da educação inclusiva.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal, situada no município de Ipojuca, Pernambuco. Esta unidade escolar abrange os seguintes níveis: educação infantil-pré-escola e ensino fundamental - anos iniciais. Funcionando em dois turnos, manhã e tarde, com um contingente de aproximadamente 380 alunos. Sua infraestrutura física é composta por dezesseis salas de aula, sala de secretaria, sala de coordenação, sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), duas instalações sanitárias contendo seis cabines sanitárias, quatro corredores, uma cozinha, um refeitório, uma biblioteca/sala de leitura que serve a toda a população estudantil.

Participaram da pesquisa duas professoras da rede municipal. Para garantir o sigilo de suas identidades, elas serão identificadas como P1 e P2. A docente P1 possui formação em Pedagogia, licenciatura em Letras é Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Gestão Educacional e atua seis anos na área. Já a docente P2, também formada em Pedagogia, possui especialização em Psicopedagogia e Educação Especial, além de pós - graduação no Transtorno do Espectro Autista, e exerce a profissão há mais de dez anos.

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa de campo, sendo utilizada a entrevista semiestruturada, aplicada presencialmente entre o entrevistador e participantes. Esse instrumento permitiu obter respostas mais amplas e alinhadas ao tema investigado. A utilização desses instrumentos visa reunir informações que contribuam para alcançar os resultados esperados pela pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.201), “A escolha do instrumento de pesquisa é fundamental para a coleta de dados. O instrumento deve ser adequado ao objetivo da pesquisa

e à população estudada”. Além disso, é importante garantir a validade e a confiabilidade do instrumento para assegurar a qualidade dos dados coletados. A teórica destaca a necessidade de uma abordagem rigorosa e sistemática na pesquisa de campo. Enfatizando que esse tipo de pesquisa exige controles adequados e objetivos preestabelecidos e a relevância dos dados coletados.

ANÁLISE DOS DADOS

A formação docente constitui-se como elemento essencial para o desenvolvimento profissional do educador, sobretudo no âmbito da educação inclusiva, ao favorecer o aprimoramento das práticas pedagógicas frente à diversidade presente uma sala de aula. Diante disso, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: De que maneira a Formação Continuada contribui para os Docentes da Educação Inclusiva?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Destaca que a formação continuada amplia o repertório docente, possibilitando o uso de tecnologias assistivas, materiais adaptados e estratégias diversificadas.
P ₂	Afirma que, após as formações, passou a utilizar jogos, imagens, atividades adaptadas, além de recursos como vídeos e áudios, o que favoreceu a participação e a compreensão dos alunos.

Quadro 1: Respostas dos professores.

Ambas também ressaltam que a formação continuada proporciona mais segurança ao professor e contribui para a superação de práticas tradicionais, evitando a repetição de métodos que não atendem à diversidade dos estudantes. Nesse sentido, Mantoan (2015, p.12), defende que a escola inclusiva deve valorizar a diversidade e garantir condições de aprendizagem para todos, o que exige do professor constante atualização e uso de práticas pedagógicas diversificadas. Essa perspectiva é reforçada pela Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015, que assegura o direito à educação inclusiva com a utilização de recursos, métodos e estratégias adequadas às necessidades dos estudantes.

Dessa forma, percebe-se que a formação continuada contribui para a diversificação dos recursos didáticos, tornando as aulas mais acessíveis, participativas e eficazes no contexto da educação inclusiva. Diante desse contexto, surge a seguinte questão: Quais os impactos que a

falta de formação continuada afeta nas práticas pedagógicas do público alvo da Educação Inclusiva?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Apontou que sem a formação continuada o docente fica desatualizado e usa os recursos de maneira inadequada, deixando de atender as necessidades dos educandos. O que gera desafios na prática e deixando uma educação fragmentada. Para a docente, essa lacuna intensifica estereótipos de que o aluno não aprende.
P ₂	A falta de formação continuada deixa o docente despreparado e desatualizados em suas práticas pedagógicas.

Quadro 2: Respostas das professoras.

A partir das falas das professoras (P₁ e P₂), foi possível perceber que a ausência de formação continuada interfere diretamente na prática pedagógica. Ambas relatam que, sem formação adequada, o professor encontra dificuldades para ensinar determinados alunos, tende a repetir sempre as mesmas estratégias e apresenta limitações para lidar com as dificuldades de aprendizagem.

10

Esses relatos dialogam com Prieto (2006, p.31), que destaca que a formação docente é fundamental para que o professor consiga compreender e atender às necessidades dos alunos. Da mesma forma, Carvalho (2012, p.12), aponta que a falta de preparo gera insegurança e dificulta a adoção de práticas inclusivas. As falas mostram que houve ampliação das práticas pedagógicas, com uso de recursos didáticos, tecnologias assistivas e estratégias mais acessíveis. Esse resultado está de acordo com Imbernón (2011, p.10), afirma que a formação continuada contribui para a melhoria da prática docente, permitindo ao professor inovar e refletir sobre seu ensino.

Além disso, Pletsch (2014, p.03), reforça que o uso de diferentes estratégias e recursos é essencial para garantir a participação e a aprendizagem dos alunos, especialmente no contexto da educação inclusiva. Esses resultados confirmam o que defende Mantoan (2015, p.12), que a inclusão exige práticas que respeitem o ritmo e as necessidades de cada aluno. Vygotsky (1997, p.5), também contribui ao destacar que a aprendizagem acontece por meio da mediação do professor, sendo essencial adaptar estratégias para favorecer o desenvolvimento dos estudantes.

No campo legal, essas práticas estão respaldadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996, p.15), que prevê a adaptação de métodos e recursos, e pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015, p.11), que garante o direito a estratégias que promovam o acesso e a aprendizagem. O Decreto nº 12.686/2025 também reforça a importância do planejamento pedagógico inclusivo, por meio do Plano Educacional Individualizado (PEI).

Dessa forma, as falas das professoras evidenciam que a formação continuada tem papel essencial na transformação da prática docente, contribuindo para um ensino mais inclusivo, participativo e eficaz. A partir surge a seguinte questão: Através da formação continuada, quais recursos didáticos, tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas você usou depois de participar das formações? E como eles têm contribuído em seu cotidiano escolar?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Após as formações, aderir a utilizar jogos, imagens e atividades adaptadas, além do uso de vídeos. Com isso intensificou a atenção individual do educando. Essas estratégias contribuíram para uma melhor compreensão dos conteúdos, favorecendo a aprendizagem de cada estudante.
P ₂	Depois das formações, comecei a usar recursos como: jogos, imagens e atividades adaptadas, além de áudios e vídeos. A adoção desses recursos tornou as aulas mais dinâmicas, aumentando a participação dos discentes e contribuindo para uma melhor assimilação dos conteúdos.

Quadro 3: Respostas das professoras.

Com base nas respostas de P₁ e P₂ percebe-se tais práticas evidenciam a importância da formação continuada para o aprimoramento da prática docente no contexto da educação inclusiva. Segundo Pletsch (2014, p.14), a formação de professores contribui diretamente para a elaboração de estratégias pedagógicas mais acessíveis e adequadas às necessidades dos alunos, favorecendo sua participação e aprendizagem.

Nessa mesma perspectiva, Mantoan (2003, p.10), destaca que a utilização de diferentes recursos e metodologias possibilita a construção de um ensino mais inclusivo, ao considerar as singularidades dos estudantes e promover sua participação ativa no processo educativo.

Além disso, essas práticas estão alinhadas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assegura a adaptação de métodos e recursos para atender às necessidades dos alunos, bem como a Lei Brasileira de Inclusão, que garante o direito à educação inclusiva com igualdade de oportunidades e acesso ao aprendizado. Perguntou-se: A formação continuada

auxilia com trabalho cooperativo entre o professor (a) do AEE e a equipe multidisciplinar em sua escola? De que forma?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	A formação continuada é extremamente essencial, pois visa fortalecer o trabalho entre o professor da sala de ensino regular e a equipe multidisciplinar. Além de promover um alinhamento das práticas pedagógicas e trocas de experiências. Para a elaboração de um planejamento coletivo, uma comunicação assertiva as entregas dos resultados são eficazes.
P ₂	Atuando de forma coletiva, em que os envolvidos trabalham de maneira humanizada e com parceria. Quando trabalham assim, o resultado será sempre satisfatório.

Quadro 4: Respostas das professoras.

Esses relatos evidenciam a importância da formação contínua e a atuação do trabalho coletivo. P₁ afirma que a formação “promove um alinhamento das práticas pedagógicas e trocas de experiências. Para a elaboração de um trabalho coletivo, uma comunicação assertiva as entregas dos resultados são eficazes”. Nesse sentido, a resposta encontra respaldo para o que diz Imbernón (2010, p.14), afirma que a formação continuada deve ter caráter coletivo e colaborativo, sendo um espaço para diálogo entre os professores e para troca de experiências”.

12

Já P₂ reitera ao dizer que “quando trabalham assim, o resultado será sempre satisfatório”. Isso concretiza o que diz Mantoan (2015, p.25), ao defender que incluir é uma responsabilidade coletiva. Nesse contexto, a formação rompe o isolamento, conforme criticado por Pietro (2006). E estabelece uma ação prevista no art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015). Diante disso, surgiu a seguinte pergunta: De que maneira a formação continuada contribui para a utilização dos recursos didáticos pelos docentes na Educação Inclusiva?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	A formação continuada amplia o repertório pedagógico dos professores. Possibilitando o uso de matérias adaptáveis, utilizando tecnologias assistivas e criando estratégias de ensino.
P ₂	De maneira positiva, utilizando atividades práticas e lúdicas.

Quadro 5: Respostas das professoras.

Por meio das formações continuada contribui para o uso de recursos didáticos. Pois amplia o repertório pedagógico com materiais adaptáveis, através de tecnologia assistivas e criar estratégias de ensino. Segundo Pimenta (1999, p.11), o professor está diariamente em processo de aprendizagem contínua. Conforme relata P₁ através do lúdico facilita melhor a aprendizagem.

Postula P₂ que essas formações promove o incentivo ao uso de atividades práticas e lúdicas facilitando o processo de aprendizagem. Reforça Luckesi (2011, p.5), o uso de diferentes estratégias possibilita os alunos aprenderem melhor. Assim, a formação continuada ajuda o professor a usar melhor os recursos didáticos e torna o ensino mais inclusivo. A seguir, surge a seguinte questão: Como a formação continuada influencia a atuação dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P ₁	Contribui para a atualização, através das legislações educacionais e práticas inclusivas. Promovendo um atendimento investigativo e atento as necessidades dos educandos.
P ₂	De forma positiva, fornecendo o suporte adequado para que os professores do AEE desenvolvam um trabalho de inclusão com utilizando as ferramentas necessárias.

Quadro 6: Respostas das professoras.

P₁ afirma em dizer que a formação permite ao professor se “atualizar quanto as legislações educacionais e práticas inclusivas. Além de promover um atendimento investigativo e atento as necessidades dos educandos.” Isso sustenta Imbernón (2010, p.11), a formação deve ser focada na realidade da escola e a partir dos problemas reais, incluindo o domínio da lei. Entender a Lei nº 13.146, de 6 de julho (Brasil, 2015) fundamenta a prática, no art. 28 exige “Sistema educacional inclusivo e recursos de acessibilidade”.

E P₂ destaca que contribui de “forma positiva ao fornecedor o suporte adequado “para os professores do AEE utilizando as ferramentas necessárias. Pimenta (1999) diz que o professor aprende todo dia. Quando os professores do AEE têm as ferramentas adequadas eles passam a ter intencionalidade pedagógica. Ambas as falas se completam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou investigar as contribuições da formação continuada para os docentes da educação inclusiva. Os dados coletados por meio da entrevista destacam a relevância das formações no aprimoramento das práticas pedagógicas, evidenciando que os professores vêm se especializando e buscando compreender melhor as necessidades dos alunos.

Esses achados confirmam a hipótese inicial, ao ressaltar que a formação continuada contribui diretamente para a atuação docente e para a efetivação de uma educação inclusiva. Os resultados revelam que a formação continuada contribui significativamente para o desenvolvimento profissional dos docentes, promovendo a reflexão sobre a prática, a construção de estratégias pedagógicas inclusivas e a utilização de recursos didáticos adequados.

Além disso, evidencia-se a importância desses momentos formativos na criação de um ambiente escolar mais acolhedor, dinâmico e participativo, fortalecendo a relação entre teoria e prática, que se mostra indispensável no contexto da inclusão.

A análise demonstra o quanto a formação continuada é essencial para a construção de práticas pedagógicas mais conscientes e inclusivas, favorecendo a formação de sujeitos críticos e participativos. Nesse sentido, a prática docente precisa estar em constante atualização, a fim de garantir uma aprendizagem significativa para todos os alunos, respeitando suas singularidades.

14

Nesta perspectiva, espera-se que este trabalho contribua para a valorização da formação continuada como elemento fundamental na prática docente, incentivando reflexões e ações que fortaleçam a educação inclusiva, bem como a busca constante por melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10/10/2025.

BRASIL, **Decreto Nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023_2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 20/04/2026.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete A. **A formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018

15

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **A hora da virada**. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Educação inclusiva: construindo caminhos**. Marília: ABPEE, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor**. São Paulo: Cortez, 1999.

PLETSCH, Márcia Denise. **Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e pedagógicos**. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev S. **Fundamentos de defectologia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.